

Maria Ivone de Ornellas de
Andrade

0 reino sob tormenta

O reino sob tormenta

Por Maria Ivone de Ornellas de Andrade

Ao Amigo recente, Prof. Doutor João Francisco Marques, outrora guia pelo universo complexo da parenética, o nosso profundo agradecimento.

1. Na última década do século XVIII e primeiras do XIX, em consequência e em relação directa com os acontecimentos de França, que abalam todo o Continente, também o país, historicamente tranquilo na extrema Europa, virá a ser o teatro de uma série de convulsões sem verdadeiros precedentes no passado. Do lado da Europa conservadora, face a uma França revolucionada, volvido um período de expectativa, Portugal teve de gerir uma situação de uma complexidade para a qual não tinha meios nem capacidade, acuado entre a tradicional aliança inglesa, a imprevisível atitude do poderoso vizinho espanhol e o mais imprevisível desenvolvimento da política exterior francesa.

Os interesses do país e a consciência da sua fragilidade impunham ou recomendavam atitudes neutras, mas, aliada da Inglaterra, não estava no poder da nossa monarquia escapar aos efeitos desta lógica das boas intenções. Por isso, nos vimos envolvidos na Campanha do Rossillon, na Guerra das Laranjas e, mais tarde, sofremos três invasões. Estas obrigaram a uma deslocação provisória da capital do império, com a fuga do rei e da corte para o Brasil, e subsequente condição humilhante de dupla colonização: Brasil e Grã-Bretanha. A partir de então, interiorizámos ainda mais o sentido da decadência pátria¹, presente na historiografia da época, em José L. Freire de Carvalho e Alexandre Herculano, seguido por Antero de Quental, Oliveira Martins, Jaime Cortesão e António Sérgio.

A anexação da Península fazia parte do mapa do império crescente francês, da federação continental. Ameaçada pela França, a Espanha estabelece com Portugal a Convenção de Madrid, em 1793 (15 de Julho), exactamente aquela que levaria 5.490 homens até à tristemente célebre Campanha de Roussillon, onde se perderam mais de metade dos efectivos, com a vitória dos franceses. A torna pela honra empenhada fez-se nas nossas costas, na forma de um tratado de paz separado (Paz de Basileia, assinado entre a Espanha e a França, em Julho de 1795), deixando-nos sós, face às retaliações da belicosa Gália.

¹ Cf. Vasco Pulido Valente, «O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809», in *Análise Social*, n.º 57, 1979, p. 34. Quanto ao autor, «Desde 1820 que a intelligentia indígena viveu com um agudo sentido de decadência nacional. 'Do que fomos', queixava-se Fernandes Tomás às Constituintes de 1821, 'só nos resta a lembrança.' (...) o que se tomava por inspiração e modelo era o passado do século XV.» Se nos lembrarmos o que os historiadores espanhóis afirmaram sobre esta mesma temática, concluímos que os dois países colocam a fronteira na mesma época (sem esquecermos os antepassados lusos que já se ocuparam do tema). A este propósito, veja-se António Quadros, «Futuro da Universidade» in *Espiral*, n.º 8/9, Lisboa, 1965, pp. 74-75, onde analisa o «complexo ibérico». Cf. Iguualmente o belo artigo de Jacques Le Goff, «Decadência», in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, vol. I, pp. 405-410.

Mais tarde, a 29 de Janeiro de 1801, assinam um acordo, em Madrid², no qual se decide a invasão conjunta de Portugal. A esta invasão deu-se o nome quase poético da Guerra das Laranjas, onde se perde a praça de Olivença³. Era um prelúdio azedo das três invasões Francesas que o país iria sofrer - sob o beneplácito de D. João VI⁴ e, no reverso, os sermões deprecatórios de Macedo⁵ e de outros -, dentro do espírito de expansão napoleónica, adjectivadas pela insofismável cobiça do ainda duque de Alcúdia, por alcunha o Chouriceiro.

² Bonaparte assina com o soberano espanhol um acordo, através de Godoy, o qual distribuía à Espanha a tarefa de enviar um *ultimatum* a Portugal. Este impunha a troca da aliança com a Inglaterra pela paz com a França; exigia a submissão à Espanha; a abertura dos portos tanto aos franceses como aos espanhóis e a devolução de algumas províncias, como garantia da entrega de alguns territórios conquistados à França pelos ingleses, servindo de indemnização pelos prejuízos sofridos. Como o Príncipe Regente não aceitasse semelhantes condições, o país foi invadido pelos exércitos franceses e espanhóis. Vide J. M. de Queiroz Velloso, *Como perdemos Olivença*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes - Livreiro Oliventino, 1932, pp. 75-76.

³ Godoy, natural de Badajoz, comanda as operações. Em Maio do mesmo ano, invade o país pela Beira e dá-se a Guerra das Laranjas. Acabada a citrina guerra, Godoy exige as várias praças ocupadas à esquerda do Guadiana, e a França 25 milhões de libras tornezas, mais a Guiana, na América do Sul. O nosso ministro dos negócios estrangeiros, Luís Pinto de Sousa, não aceita as imposições. A intervenção benevolente de Luciano Bonaparte faz baixar a indemnização de guerra para 20 milhões, e contrapõe à cobiça de, Godoy apenas Olivença. A situação de *ultimatum* não permite a Pinto de Sousa comunicar com o governo e os tão invocados Tratado de Badajoz de 1801 e o de Madrid acabam por ratificar a conquista; embora não o tenha sido dentro dos prazos previstos pelo próprio Napoleão, que, aliás, repudiou a intervenção generosa do mano. Cf. J. M. de Queiroz Velloso, *op. cit.*, pp. 78, 80 e 82.

⁴ A obediência portuguesa foi de tal modo convincente que Napoleão, ao contrário do que aconteceu noutros países invadidos, prescindiu de decretar reformas de tipo económico ou constitucional. Lembramos o Decreto do Príncipe Regente feito ao povo português no sentido da não resistência, aquando a primeira invasão. Cf. Simão José da Luz Soriano, *História da guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal. Compreendendo a história diplomática, militar e política deste reino desde Illlaté 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890, I.^a Epoca, t. III, pp. 621-622 e José Liberato Freire de Carvalho, *Memórias da Vida (...)*, Lisboa, Tip. José Baptista Morando, 1855, p. 110. Escreve o autor: «Muitas vezes me dizia [o Marquês da Fronteira]: «Não me querem em Portugal, por isso até chegaram à infâmia de prometer doze mil cruzados para quem me prendesse ou matasse; mas se algum dia voltar a Lisboa, pode dizer bem alto a toda a gente que eu, na invasão de Junot, me fui oferecer aos homens que hoje pedem a minha morte, para excitar e comandar a revolta em Alentejo, para a qual tinha grandes meios nesse tempo; e que resposta me deram? Que estivesse quieto e cumprisse as ordens que D. João VI tinha deixado.» FOY, na obra *Histoire de la Guerre d'Espagne et du Portugal sous Napoléon*, confirma as palavras de Carvalho. Cit. por Hernâni Cidade, in *A Marquesa de Alorna. Sua Vida e Obras - Reprodução de Algumas Cartas Inéditas*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, sd., nota da p. 113.

⁵ Cf. *Sermão de Preces pelo Bom Sucesso das Nossas Armas, Gontra as do Tyranno Bonaparte, na Terceira Invasão neste Reino, Pregado na Igreja de N. Senhora dos Martyres a 31 de Agosto á noite, na entrada da solenne Procissão de Penitencia, que faz a exemplar Irmadade de N. Senhora de Jesus. Por José Agostinho de Macedo, Pregador de S.A.R. o Príncipe Regente, N. Senhor, 2^a ed.*, Lisboa, na Typ. Rollandiana, 1814 [1811].

2. A Guerra das Laranjas e a perda de Olivença

A Inglaterra, em boa verdade, não procurou garantir os nossos direitos nas preliminares negociações de paz feitas com a França em 1 de Outubro de 1801. Alegada a existência de um artigo secreto que obstava a concretização, a nossa aliada abandonou-nos, caucionando a perda dos territórios que, tanto em Portugal como no Brasil, nos tinha sido imposta pela Paz de Badajoz. Artigo secreto que vai sancionar definitivamente a extorsão daquele território no armistício de Amiens, concluído a 25 de Março de 1802. Viemos a reconquistar a praça de Olivença, em 1811, mas o marechal Beresford fez-nos a mercê de entregá-la aos espanhóis⁶. Contudo, pelo Tratado de Paris de 30 de Maio, onde as grandes potências estavam representadas, Olivença é indirectamente devolvida a Portugal e, mais tarde, restituída, dentro de toda a legalidade.

3. As invasões francesas

Lançada a França numa inebriante política de conquista imperialista - pois a guerra entrava nos planos da ditadura militar -, Napoleão tenta integrar Portugal, através da Espanha, com o óbvio fito de se apossar da própria Espanha⁷. Em Junho de 1806, o projecto voltava a ser relançado. A Espanha comprometia-se a colocar o exército ao serviço dos franceses e, em troca, estes ofereciam garantias de apoio a uma guerra contra nós. Argumento: não cumpríamos o Bloqueio Continental, decretado justamente em 1806⁸. As negociações entre aqueles dois estados acabaram por ser adiadas, mas não o projecto.

Acaso não detinha Portugal uma fonte de produtos coloniais de suma importância para uma potência consciente do seu atraso industrial, face à sua fiel inimiga? Numa só jogada obtinha dois resultados. A captura dos nossos barcos representaria também um golpe desferido contra o comércio inglês. O tergiversar da diplomacia portuguesa permitiu-se uma vez

⁶ Cf. José Liberato Freire de Carvalho, *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal; Onde se Mostra ser Aquelle Reino, desde a sua Origem, uma Monarquia Representativa: e que o Absolutismo, a Superstição e a Influência da Inglaterra são as Causas da sua Actual Decadência*, Lisboa, Imprensa Nevesiana, 1843, pp. 332-333 e J. M. de Queiroz Velloso, *op. cit.*, p. 88.

⁷ Na nota da p. 309 do *Parecer Dado Acerca da Situação e Estado de Portugal Depois da Saída de Sua Alteza Real e Invasão que n'este Reino Fizeram as Tropas Francezas* (Lisboa a 29 de Maio de 1808, in *Theophilo Braga, Obras Inéditas de José Agostinho de Macedo*, Lisboa, Por ordem e na Typ. da Academia Real das Sciencias, 1900), que adiante analisamos, encontramos uma breve referência ao escrito de Pedro Cevallos quanto à cavilosa ideia da divisão de Portugal e do Brasil. Macedo deve estar a remeter para a recém-traduzida *Exposição dos Factos, e Maquinações, com que se Preparou a Usurpação da Coroa de Hespanha, e dos Meios que o Imperador dos Francezes tem Posto em Pratica para Realizala*, Lisboa, na Imprensa Regia, 1826.

⁸ Portugal, aliado à Inglaterra, mas pretendendo não hostilizar a França, usava de uma pretensa atitude de neutralidade, que não convencia os franceses. Nesta falsa postura, cumprida pouco escrupulosamente, aumentávamos os juro de desconfiança e acabámos por receber duas intimações: a 1ª, de Talleyrand a 19 de Junho de 1807, e a 2ª a 25 de Setembro, anteriores à 1ª Invasão, anunciada por Junot a 29, e chegada à capital 30 de Novembro.

mais não manter a neutralidade⁹. Não seguimos uma política externa coerente e firme. Como obstar às consequências preconizadas pela violação do bloqueio?

A 27 Outubro de 1807, os dois estados declaram-nos guerra, através da Convenção Secreta, firmada no Tratado de Fontainebleau¹⁰. Entretanto, também numa Convenção secreta com os ingleses, de 22 de Outubro, ficara acordada a saída da corte para o Brasil¹¹, situação de muito agrado para a Inglaterra¹². Seguem-se as três invasões¹³ Macedo deixou-nos um sermão de eloquência apocalíptica por altura da última¹⁴. Napoleão tinha por certa a vitória. Após esta segunda declaração, o Príncipe D. João publica um *Manifesto* dirigido a todos os reinos da Europa em que declara «nulos e de nenhum vigor todos os tratados que o Imperador dos Franceses o compeliu, e particularmente os de Badajoz e Madrid de 1801, pois ele os tem violado e jamais os respeitou»¹⁵.

⁹ Naturalmente que Portugal não se podia dar ao luxo de romper com a Inglaterra; senhora dos mares apoderar-se-ia de todos os territórios ultramarinos. Compreende-se, assim, que às pressões repetidamente feitas pelos franceses, o governo português respondesse: «a monarquia portuguesa compõe-se de estados espalhados nas quatro partes do globo que ficariam inteiramente expostos, no caso de uma guerra com a Grã-Bretanha,» (Júdice Bicker, *Suppiemento à Collecção de Tratados*, t. XIV, 1879 p. 199), cit. por António Pedro Vicente, «A Influência Inglesa em Portugal. Documentos enviados ao Directório e Consulado (1796-1801)», in *Revista de História das ideias*, dedicada à *Revolução Francesa e a Península ibérica*, 10, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 1988, p. 158.

¹⁰ A França estava representada pelo Marechal Duroc e a Espanha, única colaboradora de Napoleão, fazia-se representar por Eugénio Isquierdo. O tratado repartia Portugal em dois reinos: Etrúria, a norte (Entre-Douro-e-Minho), e Algarves (Alentejo e Algarve), a sul, destinado a Godoy. O que restava ficaria para a Casa de Bragança, sob tutela da Espanha. Cf. J. M. de Queiroz Velloso, *op. cit.*, pp. 94-95.

¹¹ Cf. Teophilo Braga, *História da Universidade Coimbra, nas suas Relações com a instrução Pública Portuguesa*, Lisboa, por Ordem e na Typ. da Academia Real das Sciencias, 1892-1898, t. III, pp. 762-765. O autor transcreve passos da correspondência entre Monteiro da Rocha e Francisco de Lemos (anos 1800-1805) onde se aborda a *retirada para o Brasil*: «O pior de todos os conselhos (...) É o mesmo que lançar-se ao mar na tormenta com medo de naufragar (...). Convém que S. A. mostre uma positiva indignação contra semelhante medida».

¹² A abertura dos portos do Brasil fazia parte das condições impostas pela nossa aliada para «deixar» partir a Corte. Cf. Miriam Halpern Pereira, *Revolução, Finanças, Dependência Externa (de 1820 a Convenção de Gramido)*, Lisboa, Sá da Costa, 1979, p. 36. À Inglaterra interessava o enfraquecimento dos impérios ibéricos. Ela retirava enormes vantagens advindas dos tratados firmados com os novos estados sul-americanos, isto é, com os novos mercados, onde colocava as suas manufacturas.

¹³ Veja-se António Ferrão, *A 1ª Invasão Francesa [a Invasão de Junot Vista Através dos Documentos da Intendência Gerai da Policia, 1807-1808]. Estudo Político e Social (2º volume da Golecção de Documentos Inéditos da História de Portugal mandada publicar pelo Governo da República)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. CCLXIX. O autor apresenta a geografia da ocupação das tropas espanholas, na 1ª Invasão. A completar, *vide* igualmente José Accursio das Neves, *História Gerai da Invasão dos Franceses em Portugal, e da Restauração deste Reino*, Lisboa, na Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1810-1811, 5 ts.

¹⁴ Cf. *Sermão de Preces pelo Bom Sucesso das Nossas Armas, Contra as do Tyranno Bonaparte, na Terceira Invasão neste Reino*, *op. cit.* Sobre este e outros sermões desta fase, *vide* João Francisco Marques, «A Revolução e as Invasões Francesas no Sermonário do Padre José Agostinho de Macedo», in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

O patriotismo ateou-se. Levava como flâmula a tradição de uma nação com séculos de existência. Um edital da Intendência da Polícia institui como dever pátrio a delação¹⁶. A pretexto de afrancesamento, hoje denominado colaboracionismo, cometeram-se atrocidades e fizeram-se deportações para os Açores¹⁷.

Tendo por certa a derrota de Portugal, caberia ao Príncipe da Paz o condizente título de Príncipe dos Algarves¹⁸. Na falta de melhor, a escassez do território daria para satisfazer a gula do liliputiano rei, ou do Godoy «le Petitt», parafraseando a célebre *boutade* de Victor Hugo, aplicada a Napoleão.

4. Olivença

Rechacados os franceses com a ajuda dos nossos aliados, e vencido Napoleão¹⁹, as potências europeias no Tratado de Paris (30 de Maio, de 1814), reiteram - através de Lord Castlereagh, que chamou a si estipular o merecido para Portugal²⁰ - no artigo 3.º a nulidade de todos os actos concluídos antes da guerra e aditam: «especialmente os Tratados assinados em Badajoz e Madrid em 1801». Sobre Olivença, ouçamos Solano Constâncio:

Os negócios de toda a Europa no Congresso estão tão embaraçados, que é incerto se se poderá tão cedo chegar ao que nos toca; e se uma decisão solene nos não restituir Olivença, à qual, menos por interesse que por brio, não devemos renunciar, só por força de armas a poderemos recuperar: o estado da Europa dentro de alguns meses mostrará se, no caso de não anuir a Espanha à nossa justa pretensão, convém ou não que recorramos à força. É de lastimar que na paz de Paris só fizessem os Ingleses de nossos procuradores em prejuízo

⁵ Cf. Ricardo Rosa y Alberty, *O Problema de Olivença (Desfazendo Equívocos)*, Lisboa, Ed. do Grupo «Amigos de Olivença», 1969, p. 133 e J. M. de Queiroz Velloso, *op. cit.*, p. 92.

⁶ Cf. Luz Soriano, *op. cit.*, t. I, 2ª Época, p. 661.

⁷ Rattón e D. Vandelli fazem parte desta leva de prisioneiros deportados, consequência da Setembrizada. Cf. *Recordações de Jacome sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal. De Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Lisboa, Fenda Edições, 1992 [Londres, 1813, 2ª ed., Lisboa, 1820], p. 284 e ss. e «Coleção das Provas». Prevaleceu a vindicta. O Santo Ofício foi extinto, as invasões vencidas, mas da vocação delatora jamais nos vimos livres. Vide igualmente Graça e J. S. da Silva Dias, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, vol. I, t. II, pp. 552-553 e 556. Macedo conhecia a obra de Rattón, cf. *O Pão da Cruz, Dedicado, e Descarregado em Todos os Senhores da Segunda Legislatura pelo Thesoureiro do Padre 'Cura d'Aldea'*, Lisboa, na Imprensa da Rua Formosa, 1824, p. 23. No fim está «assinado» *Forno do Tijolo*. Cf. também Vasco Pulido Valente, *op. cit.*; muitos exemplos de atrocidades estão aqui documentados.

⁸ Cf. António Ferrão, *op. cit.*, p. CCLXIX.

⁹ Macedo dedicara uma epístola *Às Grandes Potências Aliadas, na Passagem do Reno*, Lisboa, na Impressam [sic] Regia, 1814.

²⁰ Portugal não possuía na Europa nenhum Ministro autorizado a representar a Corte do Rio de Janeiro. Reza na *Questão Portuguesa Traduzida de um Jornal Inglez por um Verdadeiro Patriota* (1827) que o curso dos acontecimentos da primavera de 1814 fora tão rápido que a precipitação não ajudou a que as coisas tivessem sido de outro modo (p. 12). A obra, conquanto anónima é de Sir James Mackintosh.

do seu antigo e fiel aliado, que tantas vezes têm sacrificado na guerra e enganado na conclusão dos tratados de paz!»²¹

De seguida, as potências reúnem no Congresso de Viena, presidido por Metternich. Graças aos empenhos da representação diplomática portuguesa, com a presença de Palmeia, novamente fazem constar no artigo CV do tratado a justeza das «reclamações formuladas por Sua Alteza o Príncipe Regente de Portugal e do Brasil à Vila de Olivença e os outros territórios cedidos a Espanha pelo Tratado de Badajoz de 1801»²². O plenipotenciário espanhol apresentou um protesto contra várias cláusulas, inclusive a que respeitava a praça alentejana, e negou-se a assiná-lo. O Tratado somente veio a ser ratificado pela Espanha a 10 de Junho de 1817, mas, inexplicavelmente, foi sempre adiada a devolução de Olivença²³. Na verdade, as grandes potências tomaram partes leoninas da indemnização e não tiveram tempo nem reconheceram oportunidade ou gravidade para discutirem concentradamente a restituição de Olivença. (...) Não tivemos, em resultado, o prestígio nobilitante necessário para energicamente reclamarmos aquela praça, (...) fomos tratados como um satélite da grande Inglaterra»²⁴. Houve perdas, mas salvaguardámos a independência.

5. P. José Agostinho de Macedo e a saída da corte para o Brasil

Desta época, 1808, Macedo deixou-nos um *Parecer* anónimo, atrás citado²⁵, sobre a situação do reino após a saída do Príncipe Regente. O «diagnóstico» importa pela lucidez da análise e aspectos contemplados, os quais vão assinalados. Sem usar de cautelas (o escrito anónimo ficou inédito até 1900), encontramos aí uma explícita censura à precipitação da saída real: «O Príncipe de Portugal podia malograr os seus ardis [de Bonaparte] até depois

²¹ Cf. Maria Leonor Machado de Sousa, *Solano Constando: Portugal e o mundo nos primeiros decénios do séc. XIX*, Lisboa, Arcádia, 1979, p. 318. Estas análises apareceram em *O Observador Lusitano em Paris 1815*, «primeira grande obra, a única de carácter político» (p. 14) «programada em cadernos mensais, da qual saíram apenas os quatro primeiros» (p. 30). No entanto, os interesses de Solano vão para temas económico-científicos como os *Novos Annaes das Sciencias, e das Artes*. Sobre este tipo de periodismo, u/de Fátima Nunes «Notas para o Estudo do Periodismo Científico: 'Annaes das Sciencias das Artes e das Letras' (1818-1822)», in revista *Cultura - História e Filosofia*, vol. VI, 1987.

²² Cf. Ricardo Rosa y Allerty, *op. cit.*, p. 135 e J. M. de Queiroz Velloso, *op. cit.*, pp. 118-119.

²³ Esta praça pertencia à coroa portuguesa desde 1297 (Tratado de Alcanices) e, mesmo após a dominação filipina, voltou à coroa sem reserva, como consta do Tratado de Lisboa de 1668, aquando das pazes feitas após vinte e sete anos de luta pela consolidação da Restauração. Vide Inocêncio, ed. facsimilada do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, pp. 437-438, e Ricardo Rosa y Alberty, *op. cit.*, pp. 117-118. Cf. *Gibrartar e Olivença. Apontamentos para a História da Usurpação d'estas duas Praças*, coordenados por Sebastião Filipe Estácio da Veiga, Lisboa, Typographia da Nação, 1863, e a obra de J. M. de Queiroz Velloso, *op. cit.*, pp. 109-110.

²⁴ Cf. Fidelino de Figueiredo, *Portugal nas guerras europêas. Subsídios para a compreensão dum problema de política contemporânea*, Lisboa, Liv. Clássica Ed., 1914, pp. 64-65.

²⁵ Cf. [MACEDO], o opúsculo *Parecer (...)*, *op. cit.*, p. 219.

de ter dentro da capital um exército de mendigos salteadores²⁶. Evadiu-se ao seu refalsado furor, e Bonaparte com este furor abateu e quase arruinou o mesmo reino, a que chama conquista e possessão sua²⁷. Deixou de ser reino, e quem poderá resolver o problema; quando o poderá ainda o ser? (...) Um só dia acabou a obra de muitos séculos.»²⁸

Agostinho pensa que a Inglaterra acalentava este projecto e lamenta que «um ímpeto incon siderado (...) um plano abortado» lhe tenha colocado nas mãos o objecto do seu desejo. O discurso de Pitt, em 1800 - acrescenta -, ao pintar uma outra Lisboa no Brasil não passava de uma «lisonjeira pintura», de uma «especulação brilhante». A saída do Regente, em tempo de guerra ou de paz - precisa -, deixaria sempre o país na impossibilidade de ser um estado independente. Desacreditado sobre a bondade da nossa mais antiga aliada, comenta: «Deixemos delírios, vejamos a **nova situação da Inglaterra**, e a influência que nela teve a emigração pretendida do Príncipe de Portugal para o Brasil. Querendo que a Inglaterra não tenha outras boas bases mais que o comércio, este começou já a prosperar e a dilatar-se sobremaneira (...). São incalculáveis as vantagens que a Grã-Bretanha tirará deste imenso império (...) cujo ouro passa todo para as suas mãos»²⁹. De modo muito arguto, crítica o eixo da política francesa, autora da situação e escreve que o «fatal bloqueio do continente», oferece meios duplicados para continuarem e perpetuarem a guerra. Em boa verdade, ainda oferecia à rival melhores condições para crescer:

«E é assim que a França intentou abater a Inglaterra? (...) O golpe contra ela fulminado resvalou unicamente sobre Portugal, não só agonizante, mas extinto para sempre. (...) A conservação do Príncipe no Brasil assegura à Inglaterra para sempre o senhorio dos mares,

²⁶ *Idem*, p. 207. Muito mais tarde, em 1831, no periódico *O Desengano*, N.º 16, dirá: «e porque os malvados em 1807 nos adormeceram, e o - isso não é nada - soava por toda a parte, arma que foi então a mais forte nas mãos do Maçonismo; com um Exército em sua intenção fortíssimo, e não contaminado, o melhor, e mais disciplinado, com os Cofres públicos atulhados com um Povo todo ainda Português, e capaz de se sacrificar como depois mostrou, quando viu desvanecida a ilusão, e desfeito o prestígio, *vimos repentina mente no meio do Rocio uma procissão de frangalhos, mais capazes de inspirar compaixão do que medo*, porque com um assopro se podia dissipar aquela nuvem de insectos, que por amor do - isso não é nada - (...) se transformaram logo em Tigres, que nos devoraram» (p.10). Itálico nosso. Vide também *Bazes Eternas da Constituição Política. Achadas na Cartilha do Mestre Ignacio pelo Sacristão do Padre Cura D'Aldea. Dedicadas aos Senhores Cathedricos da Universidade, seus Oppositores Doutores Simples, Estudantes, e Bedéis; Assim como a Todos os Senhores Officiaes e Curiosos de Cartas Constitucionaes*, Lisboa, na Impressão da Rua Formosa, 1824, p. 31.

²⁷ *O Moniteur* em nome de Napoleão deu por extinta a Casa de Bragança. Cf. *Luz Soriano, op. cit*, t. II, 1? Epocha, p. 666.

²⁸ Cf. *Parecer (...)*, *op. cit*, pp. 298 e 299.

²⁹ *Idem*, pp. 309-310. Macedo devia ter lido *Profecia Política, Verificada no que está sucedendo aos portugueses pela sua cega afeição aos Inglezes*, Lisboa, na Typ. Rollandiana, 1808. Vejamos o que observa o autor anónimo: «O seu povo é o mais miserável da terra, as mercadorias as mais caras, e no continente há províncias cujos habitantes jamais viram em moeda a efígie do seu Soberano. Ouviram dizer ou leram que Portugal tinha minas de ouro: mas desfrutaram menos das riquezas do Brasil que os vassallos dos outros Príncipes da Europa.» (p. 104) «O dano que a Inglaterra fez a Portugal fazendo-lhe abandonar a sua indústria, e a sua agricultura, ainda é maior do que nos podemos figurar; pois é regra geral» (p. 156). E o autor vai apontando todos os domínios de política económica dependentes da sua aliada. Sublinhado nosso.

dá um consumo infinito às suas manufacturas em um império criado de novo, e que necessita de tudo: indemniza-a da perda (se alguma sente) do vedado comércio continental; obriga por termos as outras nações a haverem das mãos dos Ingleses todos os géneros coloniais, ou a sofrerem privações contínuas (...) esta conservação oferecerá aos Ingleses novos recursos para o comércio e defesa das suas possessões orientais. (...) sendo por tudo isto a emigração do Príncipe para o Brasil vantajosa à Inglaterra, e funesta a todos os outros povos.»³⁰

Não era humilhante observar «no quadro da Europa um monarca de mendigos, não por vício, mas por necessidade?» Agora, naturalmente, todas as classes queriam emigrar para o novo império, ainda mais com a «aversão ao trabalho, que é do carácter nacional»³¹, resultado de um país excessivamente rico. Ao comparar os dois reinos, isto é, o passado rico e o presente deplorável, Macedo soletra, sílaba a sílaba, a palavra ruína:

«Era um **reino marítimo**, e não tem **forças navais**; era mercantil e não tem **comércio**; era guerreiro e não tem **exército**; era **conquistador** até os limites da terra, e não tem nem um palmo de terra das conquistas do ultramar, nem as Berlengas, era o mais rico dos secundários, e é pobre sem recurso; era activo e perfeito nas suas **manufacturas**, a que se dava, e não tem nem uma fábrica³²; e para ser ainda mais funesta esta espantosa e repentina metamorfose, até mudou na **ordem moral**; tinha uma **legislação** fixa, e passou a arbitrária, tinha carácter seguro, generoso, igual, intolerante de costumes estranhos, passou repentinamente (...), para a vileza da adulação e para sentimentos tão servís, que não só devem enjoar os seus mesmos dominadores, mas fazer o horror da humanidade (...). As **províncias** assoladas, a capital soberbíssima e opulentíssima, quase erma, sem fausto, e sem representação. Dentro em si não tem trigos, não tem metais (...) não tem géneros coloniais, não tem panos, não tem dinheiro, está reduzido à simples **agricultura**³³, à pescaria litoral, e para isto mesmo falto de braços, porque a **diminuição da população** será na razão directa do aumento da penúria e indigência»³⁴.

³⁰ Ide/n, p. 311. Itálico nosso. No fundo, faz o mesmo comentário do que Napier: «Esta famosa emigração foi feliz para a Inglaterra, não só pelas grandes vantagens comerciais que assegurou a esta potência, mas também porque sujeitava Portugal inteiramente ao seu poder na luta em que se via empenhada.» Cit. por António Ferrão, *op. cit.*, p. CCXLVII.

³¹ *Idem*, p. 305.

³² Segundo Armando de Castro, «o conceito de 'fábrica' é eminentemente histórico (...) não podia existir antes do aparecimento da indústria moderna trazida com a enorme transformação imposta pela Revolução Industrial. (...) Nos primórdios do século XIX, autores como Silva Lisboa e Acúrsio das Neves tinham de 'fábrica' uma ideia que a não distinguia da unidade manufactureira onde se produzia 'em grande' pela reunião de muitas pessoas aproveitando da simples divisão técnica do trabalho manual entre si, independentemente de se empregarem maquinismos e, está claro, fosse qual fosse a forma de energia motriz empregada, que não é, de facto, o elemento essencial para distinguir a manufactura da fábrica; no mesmo sentido impreciso se refere Morais e Silva no seu Dicionário» (in Armando Castro, *A Revolução industrial em Portugal no século XIX*, Lisboa, 1976, pp. 25-26). *Vide* igualmente Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal*, Paris, Armand Colin, 1955. O autor afirma que, baseado num relatório governamental, no fim de 1820, existiam 1031 "fábricas" e cada uma empregaria 14 a 15 trabalhadores em média (p. 246).

³³ Macedo mostra-se a par do fisiocratismo e debita: «a agricultura, que se diz agora a base da grandeza das monarquias.» (p. 303).

³⁴ *Idem*, pp. 312-313. Sublinhado nosso.

Que solução apresenta Agostinho de Macedo para a situação portuguesa, empurrada pela Inglaterra, via Bonaparte? O pessimismo segue a par do desprezo pela desistência da luta contra o invasor. A demonstrá-lo, pensa que, embora a Inglaterra intentasse a restauração portuguesa, «veria inutilizado o risco, abortadas as suas diligências, apenas apontassem nas fronteiras imaginadas forças que o quisessem domar (...) pagaria uma vil continuação da existência a troco de voluntária escravidão»³⁵. Não é um epitáfio à coragem lusíada?

Qual o destino para o abandonado e traído reino em semelhante conjuntura? Poderia «imitar a Holanda no comércio, franquear os seus portos a todas as nações, negociar com os géneros do país, promovendo mais a cultura dos vinhos, e aperfeiçoando as suas salinas, navegando, que é este o génio, e traficando com os géneros importados da América, consentindo-o a Inglaterra, pela lembrança da antiga adesão; estes os meios de uma tolerável existência para os Portugueses: se não é que sobre eles se realiza algum d'aqueles fatais decretos, que assinala às monarquias impreterível termo»³⁶. Em última análise, Portugal ou passar-se-ia a considerar uma colónia do novo império americano, «com uma regência livre e honrada, ou, separado do Brasil, não teria outra alternativa do que imitar a Holanda e, repetimos, «reduzir-se a uma rigorosíssima democracia»³⁷. No seguimento das conclusões, Macedo aproveita para censurar Alexandre de Gusmão e António Vieira por haverem lembrado o projecto da corte se mudar para o Brasil. «Para equilíbrio da Europa e prosperidade deste reino convém que o trono se não transfira jamais.»³⁸

As Invasões mudaram todo o panorama já de si mesmo pouco próspero. Todavia, como já não bastasse o estado de guerra causado pelas invasões e o reino ser governado pelos ingleses, a corte exigia ainda os desfalcados réditos públicos e privados. A somar a esta realidade de um reino sob tormenta, prosseguia uma política económica desastrosa, como demonstram a quebra do Pacto Colonial e a abertura dos portos do Brasil a todas as nações. Damos novamente a palavra ao Prof. José Agostinho de Macedo:

«Enfim o nosso Comércio sempre foi de ouro para fora, e nada para dentro (...). Abrir os Portos do Brasil a toda a Franchinotada Europeia foi o passo mais errado em política, e economia, que se deu no Mundo.»³⁹

Apresentamos uma sugestão: por que não aproveitar a dupla identidade de Olivença - um secular passado português e uma história recente espanhola - e criar um fórum cultural, um centro de altos estudos ibéricos, constituído por um colégio de personalidades espanholas e portuguesas? Esta ideia já foi apresentada a várias individualidades (intelectuais) dos dois países e encontrou excelente receptividade, pelo que pensamos ser um projecto com futuro e, havendo boas vontades, facilmente concretizável.

³⁵ /de/n, *ibidem*, p. 313.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 313.

³⁷ *idem, ibidem*, p. 313.

³⁸ *idem*, nota da p. 300.

³⁹ Cf. O *Desengano*, n.º 22, p. 2.